

A CONTRIBUIÇÃO DE C. G. JUNG NA DETERMINAÇÃO DO ESTATUTO CIENTÍFICO DA PSICOLOGIA

THE CONTRIBUTION OF C. G. JUNG IN THE DETERMINATION OF THE SCIENTIFIC STATUTE OF PSYCHOLOGY

Jairo Ferrandin¹

RESUMO

O presente artigo discute a contribuição da teoria de C. G. Jung na construção da Psicologia enquanto ciência moderna. Demonstra como o fundador da Psicologia Analítica reconhece a dificuldade da determinação do objeto da ciência psicológica, as relações possíveis da psicologia com concepções diversas de cientificidade e a proposta da noção de arquétipo como elemento que pode conferir caráter científico à Psicologia no âmbito das ciências modernas.

Palavras-chave: Psicologia. Psicanálise. Ciência Moderna. Arquétipo. Inconsciente.

ABSTRACT

This article discusses the contribution of the theory of C. G. Jung in the construction of psychology as modern science. Demonstrates how the founder of Analytical Psychology recognizes the difficulty of determining the object of psychological science, psychology possible relationships with diverse conceptions of scientific and proposed the concept of archetype as an element that can confer a scientific character to the psychology in the context of modern science.

Keywords: Psychology. Psychoanalysis. Modern Science. Archetype. Unconscious.

¹ Filósofo e Pós-graduado em Psicologia Junguiana.

Desde o surgimento da Psicologia Moderna, no final do século XIX, a exigência de determinação do psicológico e da Psicologia como disciplina científica ocupou os esforços de muitos psicólogos e esteve vinculada a reformas e reformulações da própria Psicologia. Questões como **O que é ciência? O que é a Psicologia? Em que sentido Psicologia é ciência?**, foram significativas nesse contexto. A dificuldade de oferecer respostas a essas questões, a multiplicidade de psicologias e a falta de resultados práticos tornaram remota a possibilidade de um consenso sobre a cientificidade psicológica. Além disso, a Psicologia foi pouco eficaz na contribuição da construção da ciência como tal.

Psicólogos da época esforçaram-se para fornecer respostas a tais questionamentos, oferecendo concepções sobre a cientificidade da Psicologia e sobre a forma como concebiam seu trabalho. Uma das principais contribuições na determinação da cientificidade da Psicologia foi a teoria desenvolvida por C. G. Jung, elaborada num contexto específico do pensamento científico moderno. Estudos atuais (NAGY, 2003; SHAMDASANI, 2005) procuram examinar o trabalho de Jung a partir dessa perspectiva de discussão. O resultado mostra Jung como um pensador original, profundamente vinculado com as questões científicas do seu tempo e com discussões profícuas sobre temas científicos.

Este artigo procura trazer as discussões de Jung referentes ao tema da construção e determinação do caráter científico do saber psicológico e sua contribuição ao *status* de ciência na Psicologia nascente. Procura-se mostrar como a teoria de Jung tenta caracterizar a Psicologia como ciência supraordenada, a única disciplina supostamente capaz de apreender o fato subjetivo inerente a todas as demais ciências.

1 O INDIVIDUAL E O UNIVERSAL NA PSICOLOGIA

A questão central que perpassava os debates em torno da condição científica da Psicologia no final do século XIX era a mesma que perpassou o pensamento ocidental, a saber, o **individual** e o **universal**. Desde Aristóteles, só poderia haver conhecimento científico dos elementos universais, e não das coisas particulares. Considerando essa questão, seria possível construir uma ciência psicológica das diferenças particulares individuais, quando o critério científico é a universalidade? As ideias universais estabelecem a neutralidade e a objetividade científicas diante da subjetividade e das representações psicossociais do cientista, da “equação pessoal”, enquanto a tendência geral é de presumir que a própria experiência pessoal servia de gabarito para a psicologia humana em geral.

A problemática da relação entre o particular e o universal esteve presente nos psicólogos que tentaram estabelecer uma ciência da subjetividade. A problemática se impõe também a Jung, que procurou articular validamente a subjetividade pessoal e a validade universal das teorias sobre estruturas universais da psique. Jung deparou-se com a seguinte indagação: **Sendo a psicologia confissão subjetiva de um fundador, válida para um sujeito, como lidar com a descoberta de estruturas e processos universais?**

Uma primeira reflexão de Jung sobre o *status* científico da Psicologia é encontrada na obra *Tipos psicológicos*. Nela, Jung (1976) afirmou que a Psicologia, por ser a ciência mais jovem, sofria o assédio de opiniões preconcebidas mais que as outras ciências. Até então, ela havia se tornado “produto arbitrário e fantástico”, similar à ciência medieval. O fato de nós mesmos sermos a psique nos induz ao pressuposto de a conhecermos, de “termos opiniões próprias sobre Psicologia, como também a convicção de que a conhecemos com naturalidade, melhor que os demais”.

Para Jung, o problema da Psicologia era a falta de conceitos e definições que lhe permitissem trabalhar com a multiplicidade abundante dos fatos. Diferentemente de outras ciências, a Psicologia encontrava dificuldades para descrever seu objeto, permanecendo “limitada ao fluxo incessante dos próprios acontecimentos psíquicos subjetivos (*seelisch*)”. O fato de o autor da ciência ser alma torna “inevitável que ele esteja implicado nos próprios acontecimentos psíquicos”:

É bom nunca esquecer que em psicológico o meio pelo qual se julga e observa a psique é a própria psique. Na psicologia, o observador é o observado; a psique não é apenas o objeto, mas também o sujeito de nossa ciência. O melhor que podemos esperar é que todo mundo ponha as cartas na mesa e admita: conduzo as coisas de tais e tais formas e é assim que as vejo. Aí poderemos comparar as experiências (JUNG, 2003, p. 117).

O fato de a alma humana não ser passível de medidas exatas dificultava para a Psicologia estabelecer fatos. Nesse contexto, para Jung (1976), a Psicologia consistia num “caos de dogmas arbitrários”, produzidos na maioria das vezes em consultórios particulares, por meio de produções espontâneas de indivíduos.

De modo geral, a Psicologia era um “território virgem”, e sua terminologia ainda precisava ser estabelecida, por isso,

Se hoje existe um campo em que é indispensável ser humilde e aceitar uma pluralidade de opiniões aparentemente contraditórias, esse campo é o da psicologia aplicada. Isso porque ainda estamos longe de conhecer a fundo o objeto mais nobre da ciência – a própria alma humana. Por ora dispomos apenas de opiniões mais ou menos plausíveis, ainda inconciliáveis (JUNG, 2002, p. 36).

Embora nessa época Jung (1976) já tivesse construído seus conceitos básicos, ele considerava sua Psicologia um conglomerado aleatório de interpretações arbitrárias e não científicas; um conjunto provisório de princípios, passíveis de reformulações futuras. Pode-se observar que o objetivo inicial de Jung, relativamente à cientificidade da Psicologia, não tinha a pretensão de estabelecer uma teoria única, com verdade absoluta. Pelo contrário, constata-se que sua intenção era contribuir com a construção de uma Psicologia geral, ao modo das demais ciências.

2 A DISCUSSÃO DA QUESTÃO CIENTÍFICA EM FREUD

Além do esforço em determinar o caráter científico da Psicologia, Jung manteve-se envolvido com a problemática do individual e universal. É o que transparece nas discussões com os princípios da Psicanálise de Sigmund Freud (1856-1939) e na crítica junguiana, dirigida ao fato de Freud não admitir que sua Psicologia se tratava de uma confissão subjetiva. Impunha-se a questão: Como proceder psicologicamente diante de situações que apresentam estruturas e processos universais?

As primeiras divergências de Jung com a Psicologia Freudiana surgiram frente à Teoria Sexual de Freud e sua “equação pessoal”. Desde o primeiro contato, Jung notou no fundador da Psicanálise um extraordinário apego, o tom insistente e a atitude acrítica com relação à teoria sexual, a ponto de afirmar: “Meu caro Jung, prometa-me nunca abandonar a teoria sexual. É o que importa, essencialmente! [...] Prometa-me uma coisa, meu caro filho: vá todos os domingos à igreja [...] um baluarte contra todo ocultismo” (JUNG, 1991, p. 136).

Jung reconhece um caráter dogmático na postura freudiana. De modo geral, um dogma consiste numa profissão de fé indiscutível com o objetivo de suprimir uma dúvida. Desde o começo, para Jung, a verdade científica era considerada apenas uma hipótese, momentaneamente satisfatória. Jung assumiu a teoria sexual de Freud como hipótese científica, e não dogma **religiosamente** proposto, que revelaria somente uma vontade de poder pessoal. “Quando ele manifestou a intenção de identificar teoria e método para fazer disso uma série de dogmas, senti que não poderia continuar a colaborar com ele”, afirmou Jung (1991, p. 149).

A discussão de Jung com as ideias de Freud desviou-se para a formulação de diagnósticos recíprocos. Para Jung, o autor da Psicanálise teria colocado o prestígio pessoal acima da questão teórica. É o que se depreende da narrativa de Jung acerca de uma viagem realizada com Freud para os Estados Unidos, em 1909:

Freud teve um sonho, cujo conteúdo não posso revelar. Interpretei-o mais ou menos, acrescentando que poderia talvez adiantar algo mais, se ele me desse alguns detalhes suplementares, relativos à sua vida particular. Tal pedido provocou em Freud um olhar estranho – cheio de desconfiança – e disse: “Não posso arriscar minha autoridade!”. Nesse momento, entretanto, ele a perdera! (JUNG, 1991, p. 144).

Para Jung, a Psicanálise estaria naufragada na psicologia da “equação pessoal” do seu fundador². A teoria de Freud teria se tornado efeito da neurose e dos sintomas altamente perturbadores da própria personalidade de seu autor. Tais sintomas impunham um limite científico ao trabalho psicanalítico:

Ele mesmo sofria de uma neurose, de uma neurose fácil de diagnosticar, com sintomas muito incômodos. Vira que nem Freud, nem seus discípulos podiam compreender a importância que tinha, para a teoria e a prática da psicanálise, o fato de o próprio mestre não poder sair de sua própria neurose. Não posso ver como Freud seja capaz de ir mais além de sua própria psicologia, e aliviar o paciente de um sofrimento do qual ainda padece o próprio médico (JUNG, 1991, p. 149).

O embate com Freud teria gerado uma controvérsia ainda mais intensa quando, em 1943, Jung declarou que as psicologias de Freud e Adler eram especificamente judaicas. Tal declaração não deve ser tomada em sentido racial, mas deve ser considerada, evidentemente, no contexto da discussão do problema sobre a fundamentação científica da Psicologia. A opinião de Jung é a de que a Psicologia deve ser submetida à crítica a fim de superar a mera confissão subjetiva, independentemente de seu autor.

No artigo não publicado, *A dissensão da escola freudiana*, Jung realiza um comentário no qual lamentava o fato de as discussões científicas descerem ao nível das motivações pessoais e considerava questionável elucidar perspectivas teóricas divergentes recorrendo à moralidade do adversário³. Tal comentário pretendia

² Para Billinsky (1967, p. 42 apud SHAMDASANI, 2005, p. 108), Jung teria se alongado ainda mais nessa questão, conforme o relato sobre esse episódio com Freud, demonstrando que o teórico neurótico teoriza de forma neurótica, de forma redutiva, não permitindo “nada além disso”. “Durante a viagem, Freud desenvolveu graves neuroses, e eu tive de fazer uma análise limitada com ele. Ele apresentava distúrbios psicossomáticos e tinha dificuldade em controlar a bexiga. Sugeriu Freud que ele devia fazer uma análise completa, mas ele se revoltou contra essa ideia porque teria que se haver com problemas que tinham estreita relação com suas teorias” (JUNG, 1991).

³ Esse escrito consistia numa resposta a um artigo de Mauerhofer, divulgado no jornal suíço **Bund** por ocasião da comemoração do octogésimo aniversário de Freud (Cf. Shamdasani, 2005, p. 108).

rebater a acusação de Freud de que a crítica de Jung à Teoria Sexual era proveniente de um antissemitismo⁴. Convém lembrar que a crítica de Jung a Freud foi compartilhada por outros autores. Seu suposto antissemitismo, na realidade, consistia em reconhecer a descendência milenar do povo judaico, dotado de uma psicologia específica⁵.

Para Jung, o problema com a escola freudiana é que ela nunca reconhecia a legitimidade de outras concepções e assumia as críticas objetivas como prova de sua própria verdade, não percebendo o “outro como outro”.

Nesse sentido, torna-se compreensível que Freud entenda o “rompimento de Jung” como uma “apostasia pessoal”. Jung afirma que seu trabalho não é de modo algum uma decorrência exclusiva de Freud e que, antes de conhecê-lo, já possuía uma atitude científica própria e uma teoria dos complexos. Os mestres que decisivamente o influenciaram foram, em princípio, Bleuler, Pierre Janet e Theodor Flournoy.

Convém ter presente que a crítica de Jung à teoria freudiana não representa um ataque pessoal a Freud. Jung tinha grande reconhecimento da importância da Psicanálise do trabalho do seu fundador. Todavia, reconhecia em Freud uma incapacidade de examinar suas concepções e de visualizar algo além de suas motivações pessoais.

3 JUNG E A DETERMINAÇÃO DO OBJETO DA PSICOLOGIA

Na sua obra *A prática da psicoterapia*, Jung (2002) retoma, mais uma vez, a discussão sobre a relação entre o pessoal e o universal. Reconhece que, dada a **complexidade do objeto** da Psicologia, é comum haver interpretações diferentes e concepções diametralmente opostas dos fenômenos psicológicos. É natural surgirem métodos baseados em pressupostos psicológicos especiais com resultados dificilmente comparáveis entre si. Cada método possui sua razão de ser em função dos êxitos obtidos e por mostrar realidades psíquicas comprovadas por seus pressupostos metodológicos. Não é estranho, pois, que representantes de um método considerem correta sua opinião e errônea a opinião do outro.

⁴ Shamdasani (2005, p. 109) reconheceu trechos de algumas cartas de Jung nas quais faz referência à acusação de antissemita. Numa carta de Jung a H. Illing, escreve Jung: “Freud é, nesse sentido, profundamente judeu, pois nunca se submeteu a uma análise pessoal. No entanto, apesar disso, alegava que seu julgamento psicanalítico era válido para todos os outros. Isso corresponde à representação judaica de Deus”. E, diante da acusação de antissemitismo recebida de Freud, acrescentou: “porque lhe apresentei uma associação, durante a análise de um sonho pessoal, dizendo que eu não gostava do ambiente judeu de Viena. Isso foi uma indiscrição da parte dele”. Para M. Fordham escreve Jung: “a história de meu antissemitismo e de minha simpatia pelo nazismo começaram, originalmente, com o próprio Freud, santo pai. Quando discordei dele, ele precisou achar uma razão para aquela totalmente incompreensível discordância e pensou, então, que eu deveria ser antissemita” (18 de abril de 1946). Noutro texto não datado (*Sobre o antissemitismo*), Jung faz referência à acusação de antissemitismo recebida de Freud dizendo que “ela tem origem no prof. Freud e seus discípulos, que obviamente não conseguiram compreender que motivos poderiam ter-me levado a adotar uma visão científica diversa da que era ensinada pelo mestre”.

⁵ Autores judaicos já haviam feito alusão a uma psicologia exclusiva do povo judeu. É possível suspeitar que Jung fizesse referências a autores como F. Rosenzweig e à sua obra *A estrela da redenção*. (Cf. PENZO, G.; GIBELLINI, R., 1998, p. 275).

Todavia, para Jung, a multiplicidade de enfoques não é motivo suficiente para considerar que contradições sejam insuperáveis em Psicologia. Vigoram interpretações subjetivas e ausência de medidas comuns entre elas:

Em qualquer ciência, o objeto de conhecimento tem propriedades que só podem ser apreendidas por antinomias [...] a psique é infinitamente mais complicada que qualquer outro objeto científico. Por conseguinte, surgem antinomias necessárias à descrição satisfatória da essência do psiquismo. Uma antinomia fundamental é a proposição: **a psique depende do corpo ou o corpo depende da psique** (JUNG, 2002, p. 2, grifo nosso).

Tanto na Psicologia como em qualquer outra ciência, a contradição vigente é oriunda das dificuldades do seu objeto de investigação. O objeto científico desafia o investigador a ponto de transformar suas opiniões em afirmações relativamente válidas. Para Jung (2002), toda afirmação em Psicologia só é válida a partir da perspectiva do sistema psíquico ao qual o objeto científico se refere. “Se toda individualidade fosse singularidade, isto é, se o indivíduo fosse totalmente diferente de qualquer outro, a psicologia seria impossível quanto científica, isto é, consistiria num caos inexplicável de opiniões subjetivas” (JUNG, 2002, p. 2).

Portanto, a possibilidade de constatação científica com validade universal em Psicologia é determinada pela relatividade do pessoal, uma vez que ele é apenas complementar, conforme ou semelhante com o que é universal. Para Jung, o que é universal na Psicologia são os elementos do sistema psíquico que podem ser comparáveis entre si e apanhados estatisticamente dentro de um sistema universal.

4 JUNG E O EMPREGO DO MÉTODO EXPERIMENTAL EM PSICOLOGIA

Para muitos psicólogos, a Psicologia se tornaria ciência à medida que adotasse o procedimento experimental, considerado traço distintivo das ciências naturais. O grande representante dessa tentativa foi Wundt (1832-1920). Em sua obra *Princípios de psicologia fisiológica*, ele reuniu Psicofisiologia e Psicobiologia evolutiva para tentar estabelecer a uma psicologia científica. Em 1879, criou seu laboratório em Leipzig, empregando a Fisiologia como modelo específico de experimentação. O laboratório de Wundt tornou-se paradigma dominante de laboratório psicológico, transformando-se no marco da psicologia moderna. O emprego do experimento separou a Psicologia empírica da considerada Psicologia “especulativa”, que procurava desvendar leis fundamentais da mente.

Wundt referia-se a dois métodos das ciências naturais: **experimentação** e **observação**. O procedimento experimental é usado sempre que as situações permitirem, ao passo que a observação se aplica à realidade em estado relativamente permanente: Botânica e Zoologia. Por lidar com processos, e não com objetos permanentes, a Psicologia só poderia utilizar observações exatas mediante o recuso da observação experimental. Com isso, os processos psíquicos poderiam ser iniciados e interrompidos deliberadamente. Casos da psicologia individual não seriam objetos permanentes de observação empírica. Nesse sentido, elementos como linguagem, produtos mentais, costumes, mitos serão investigados pelo ramo Psicologia etnopsíquica (*Volkerpsychologie*).

No âmbito das discussões de Wundt, a Psicologia permaneceu ora como ciência suplementar relativamente às ciências naturais, ora como ciência fundamental em relação às ciências mentais.

No contexto dessa discussão sobre a cientificidade da Psicologia, Jung aborda o dogma científico do **caráter experimental**, pilar determinante da ciência positiva e, por conseguinte, da Psicologia acadêmica. Em sua obra *Sincronicidade*, considera que o experimento científico consiste num procedimento previamente organizado que formula perguntas definidas, excluindo todos os dados que não correspondem ao que foi inicialmente estabelecido.

O experimento impõe condições limitativas à natureza, porque o seu escopo é fazer com que esta forneça respostas às perguntas formuladas pelo homem. Qualquer resposta da natureza é, por conseguinte, influenciada pelo tipo de perguntas que foram feitas, e o resultado é sempre um produto híbrido (JUNG, 1998, p. 1).

O processo experimental coage a natureza a responder com toda sorte de suas possibilidades. A forma da resposta é delimitada pela maneira com que a pergunta é anteriormente formulada. Por conseguinte, o **laboratório** se transforma num espaço artificial restrito, que procura excluir todas as variáveis e, com elas, a totalidade do dinamismo na natureza, com o objetivo de obter o resultando previamente estipulado.

Nesse caso, os acontecimentos únicos e raros são excluídos do processo. A elaboração de perguntas na ciência natural tem unicamente a preocupação de estabelecer a existência de regularidades nos dados observados, os quais poderiam ser repetidos e reproduzidos. Os resultados desse processo científico aparecem como um misto de algo natural e construído.

Dessa forma, a visão científica do mundo acaba por excluir traços e aspectos que não são enquadrados no tratamento experimental com a realidade. Por conta da sua limitação metodológica, a ciência experimental acaba por tornar-se parcial e psicologicamente preconceituosa. Para Jung, a única maneira de abordar a natureza de modo a superar as limitações experimentais seria “alcançar formulações com menor número possível de condições” (JUNG, 1998, p. 1-2).

Para Jung, o emprego do procedimento experimental na Psicologia torna-se específico por ser a ciência psicológica a mais propensa a erros. Apesar do êxito obtido com o emprego do método experimental na compreensão dos fenômenos psicológicos, não há evidência de que ele forneça garantias para apreender a realidade psíquica com essa metodologia.

Não existe nenhum outro campo experimental em que a visão do real se encontre tão turvada como na percepção que nosso mundo psíquico deve ter a respeito de si mesmo. Em nosso mundo psíquico surgem, muito mais do que em qualquer outra parte, e mesmo com maior facilidade e destemor, toda sorte de preconceitos, de interpretações errôneas, de juízos dependentes do humor momentâneo, de idiosincrasias e de projeções. Em nenhum outro campo ocorre que o observador perturbe tanto o experimento como em psicologia (JUNG, 1999, p. 91- 92).

Outra particularidade da ciência psicológica relativamente às demais ciências reside no fato de que, enquanto nas ciências naturais o processo físico é observado pelo processo psíquico, na Psicologia é a psique que observa a si mesma diretamente no sujeito e, indiretamente, na outra pessoa. Afirma Jung (1999, p. 92): “A psique não pode conhecer nada além da psique, mas é também possível que dois estranhos se encontrem no interior do psíquico. Não saberão jamais o que cada um é em si, mas apenas o que cada um parece ser para o outro”.

Para Jung (1999, p. 92), o processo psíquico, na medida em que é observado como tal, “já constitui em si mesmo uma teoria, uma visão ou concepção (*Anschauung*)”. Ou seja, nas ciências, realiza-se a indagação a respeito do “**que é**”, do **conteúdo**, e a resposta obtida corresponde ao “**sobre isso**” que foi perguntado – a

saber: uma reconstrução psíquica do processo físico. Na ciência psicológica, o conhecimento do psíquico não é um conhecer “**acerca de**”, porque conhecer o psíquico por parte do psicólogo médico ocorre no **interior** do psíquico, “em um meio de igual natureza”. Ademais, o que se constrói nesse processo é apenas variação dessa concepção de saber.

5 A PSICOLOGIA: ENTRE AS CIÊNCIAS NATURAIS E AS CIÊNCIAS DO ESPÍRITO

Essa particularidade do objeto da Psicologia fez com que se colocasse em questão o emprego dos métodos e as formas de verificação empíricas, oriundas do modelo científico das ciências naturais, no conhecimento psicológico. Uma crítica contundente ao método experimental científico na Psicologia foi realizada pelo filósofo alemão W. Dilthey, na obra *Einleitung in die Geisteswissenschaften*. Nela, Dilthey (1980) procurou lançar uma base teórica para compreender historicamente a vida, possível mediante a distinção entre *Naturwissenschaften* e *Geisteswissenschaften* – geralmente conhecida como distinção entre **ciências naturais** e **ciências humanas**. As primeiras tinham por base os fatos sensíveis, ao passo que as segundas se ocupavam de experiências íntimas e realidades histórico-sociais, numa dicotomia fundamental. Assim, as ciências naturais investigavam as conexões causais nos processos da natureza, e as humanas tentavam apreender o singular. Entre as ciências humanas, estava a Psicologia, cujo objeto seria o estudo especial do indivíduo.

Para Dilthey, a ciência psicológica é ciência humana por excelência da “experiência interna”:

Así surge una esfera peculiar de experiencias, que tienen la vivencia interna su origen independiente y su material, y que, por tanto, es naturalmente objeto de una ciencia empírica especial. [...] Como lo que existe para nosotros existe en virtud de esa experiencia interna, lo que para nosotros tiene valor, o es fin en sí, solo se nos da en la vivencia de nuestro sentimiento y nuestra voluntad; en esa ciencia radican los principios de nuestro conocimiento, que determinan en qué medida puede existir para nosotros la naturaleza, y los principios de nuestra actuación, que explican la existencia de fines, bienes y valores, en la cual se funda todo trato práctico con la naturaleza (DILTHEY, 1980, p. 45).

O problema da Psicologia seria a indevida e errônea aplicação do método das ciências naturais à vida psíquica e histórica. A vida interior não poderia ser comparada aos processos naturais, pois a natureza é explicada, ao passo que a vida psíquica é compreendida.

Jung reconhece que a resolução desse problema era extremamente difícil para a Psicologia, que permaneceu estritamente vinculada ao referido modelo científico por ocupar uma posição especial. Semelhante problemática é encontrada na física atômica, que se vê forçada a fazer a distinção entre os meios observados e o observador, relativizando as categorias de tempo, espaço e causalidade.⁶

De acordo com Jung (1999, p. 94), a Psicologia poderia reivindicar para si o direito de ser **ciência do espírito**, uma vez que essa modalidade de ciência atua “dentro do psíquico”. Nesse caso, o psíquico

⁶ Essa problemática aproximou a Psicologia na Física atômica em função da similaridade dos seus processos psíquicos. Jung recebe a colaboração de Wolfgang Pauli, Prêmio Nobel de Física, com a qual procura resolver a questão da subjetividade na construção da ciência psicológica.

consiste num conceito-limite na acepção das ciências naturais. Ao mesmo tempo, a Psicologia seria também uma **ciência natural**, uma vez que o “espírito” é um “fenômeno psíquico”.

A psicologia tornou-se hoje uma ciência da natureza, e seu objeto não é nenhum produto do espírito, mas um fenômeno natural: o fenômeno psíquico. Esse fenômeno, como tal, faz parte dos fenômenos elementares da natureza orgânica; a natureza orgânica e a anorgânica formam como que as duas metades em que dividimos o nosso mundo (JUNG, 1999, p. 95).

Se do ponto de vista objetivo e metodológico a Psicologia pertence às ciências naturais, do ponto de vista explicativo a Psicologia pertence às ciências do espírito. Trata-se de uma condição ambivalente de parte da Psicologia, o que tem atraído a acusação de arbitrariedade e a falta de caráter científico.

Na obra **A natureza da psique**, Jung escreve:

Os problemas da psicologia complexa que aqui procurei delinear levaram-me a resultados espantosos até para mim mesmo. Eu acreditava estar trabalhando cientificamente, no melhor sentido do termo, estabelecendo, observando e classificando fatos reais, descrevendo relações causais e funcionais, para descobrir, finalmente, que eu havia me emaranhado em uma rede de reflexões que se estendiam muito para além dos simples limites das ciências naturais (JUNG, 2000, p. 153).

Transparece aqui que a Psicologia só pode ser traduzida na sua própria linguagem, fundindo-se com o próprio processo psíquico. Todavia, essa condição mostra o fato novo de que a Psicologia não mais poderia ser simplesmente explicação dos processos psíquicos. Era por meio da ciência psicológica que os processos psíquicos poderiam “vir à consciência”.

No âmbito dessa discussão, a ciência psicológica começa a apresentar-se como a possibilidade de os processos inconscientes coletivos tornarem-se conscientes. Para o autor,

É nessa condição que a psicologia é forçada a suprimir-se e, desse modo, ela alcança o seu objetivo científico. Qualquer outra ciência tem, por assim dizer, um objeto exterior a si mesma, o que não acontece com a psicologia, cujo objeto é o sujeito de todas as ciências (JUNG, 2000, p. 160).

De certa forma, esse processo significa a consumação das outras ciências, uma vez que o objeto da Psicologia era o tema íntimo de todas elas. As ciências só poderiam alcançar seu ponto mais alto por meio da Psicologia.

6 A SINGULARIDADE NA PSICOLOGIA

Por ser singularidade o interesse da Psicologia, ela dispunha apenas das descrições individuais das pessoas. Nesse caso, retorna-se ao problema da confiabilidade dos relatos pessoais. Para Jung (2002), eventos absolutamente efêmeros e únicos a respeito dos quais não havia como afirmar ou negar a existência não poderiam ser objeto de estudos de uma ciência empírica. Ao mesmo tempo, eventos únicos poderiam se tornar objeto de estudo empírico à medida que existissem observações confiáveis e em número suficiente.

Jung esboça também uma oposição entre teoria com validade geral e capacidade de fazer justiça a fatos individuais. Ao colocar em questão o problema de como o indivíduo obtém autoconhecimento, o

autor observa que construções teóricas gerais prestam pouco auxílio, uma vez que conhecer a si mesmo é uma questão de fatos pessoais.

Para Jung (2002), as teorias baseadas nos experimentos eram meramente estatísticas e desconsideravam a exceção. Embora os métodos empírico e estatístico contribuíssem com a construção do conhecimento, eles poderiam falsear a realidade, uma vez que os fatos reais se manifestam por meio da individualidade. Nesse caso, o real consistiria apenas na exceção à regra, visto que a realidade absoluta teria, predominantemente, o caráter de irregularidade.

Com isso, Jung parece propor que a individualidade e a irregularidade seriam objetos de estudo da Psicologia, delimitando novamente o alcance e o significado das teorias psicológicas.

A discussão entre individualidade e universalidade é importante, principalmente quando se trata do autoconhecimento humano, pois, para Jung, não pode haver autoconhecimento com base em pressupostos teóricos. Por um lado, o indivíduo não pode ser caracterizado a partir de elementos universais regulares, mas pelo que é no singular. Entretanto, sendo cada indivíduo único, nada com abrangência universal poderia ser dito sobre o ser humano. Essa discussão estava próxima da distinção *diltheyana* entre compreender e conhecer, e das afirmações de Rickert sobre as ciências individualizadoras e generalizadoras.

Para Jung, a compreensão da pessoa deveria ocorrer com a suspensão dos pressupostos teóricos e científicos. Enquanto na Psicologia Experimental o experimentador possui liberdade de propor as questões, na Psicologia Médica é o objeto (doença, paciente etc.) que impõe as questões. Embora o médico tenha conhecimento objetivo, este lhe é pouco útil, caso não promova uma compreensão mais abrangente da realidade. Em outros termos, a Psicologia Teórica se mostra limitada.

7 A NOÇÃO DE INCONSCIENTE COLETIVO E DE ARQUÉTIPO. A POSSIBILIDADE DE DETERMINAÇÃO DA PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

Com relação à noção de inconsciente coletivo, em seu livro *O segredo da flor de ouro*, Jung (1998, p. 28) escreve:

Assim como a anatomia do corpo humano é a mesma, apesar das diferenças raciais, assim também a psique possui um substrato comum, que ultrapassa todas as diferenças de cultura e de consciência. A este substrato dei o nome de **inconsciente coletivo**. A psique inconsciente, que é comum a toda a humanidade, não consiste apenas de conteúdos aptos a se tornarem conscientes, mas de predisposições inatas latentes a relações idênticas. O inconsciente coletivo é a mera expressão psíquica da identidade da estrutura cerebral, independentemente das diferenças raciais.

Jung define inconsciente coletivo como o repositório de todas as experiências do homem e do mundo, de todas as épocas e, portanto, uma imagem do mundo que vem sendo construída ao longo dos tempos. Além disso, o inconsciente compõe-se de possibilidades inatas, de condições prévias que determinam os comportamentos e a totalidade das ideias. No inconsciente, estariam as imagens primordiais, enquanto expressão psíquica de uma disposição determinada anatômica e fisiologicamente. Os padrões ou agrupamentos temáticos com motivo determinado foram denominados por Jung (2003, p. 33) de **arquétipos**. Os arquétipos constituem o conteúdo do inconsciente coletivo.

Inicialmente, a hipótese junguiana do inconsciente coletivo foi considerada por E. A. Bennet sem fundamentos científicos numa revisão de um trabalho de Jung em 22 de maio de 1960 (SHAMDASANI, 2005). Em resposta a Bennet, Jung defendeu a cientificidade de suas teorias por meio da evidência da aplicabilidade das suas hipóteses em seus trabalhos. Caberia a outros demonstrar que elas não são aplicáveis.

Bennet insistiu afirmando que a aplicabilidade teórica não constitui por si mesma uma prova científica. Jung reagiu afirmando que, ao empregar o termo “aplicabilidade”, não tinha em mente a aplicação prática de uma teoria na terapia, mas “sua aplicação como princípio de compreensão e como recurso heurístico para atingir uma finalidade, como é característico de toda a teoria científica”. Nesse caso, para Jung, a única prova de uma teoria científica era sua capacidade de explicação adequada ou satisfatória de um valor heurístico.

Bennet, mais uma vez, indicava que entendia prova científica como “uma explicação de fenômenos capazes de serem comprovados e observados por terceiros, e dotados de uma natureza imutável e predizível”. Propunha que houvesse um acordo geral, algo ainda ausente em Psicologia. Para Bennet, Jung teria explicado a teoria dos arquétipos de forma diferente, em termos de análise psicológica.

De acordo com Jung, o que Bennet tinha em mente relativo às provas científicas era algo similar às provas químicas ou físicas. Ou seja, o modelo científico era o modelo das ciências químico-físicas, em que era preciso levar em conta a comensurabilidade da evidência, além do fato de que a maneira de comprovar as evidências variava de disciplina para disciplina.

Jung foi acusado diversas vezes de não ser científico. Todavia, ninguém demonstrou exatamente o que significava sua “não cientificidade”. Afirmava que tinha adotado exatamente o que prescrevia o método científico, inclusive o que propunha o próprio Bennet. “Eu observo, classifico, estabeleço relações e sequências entre dados observados, e chego inclusive a mostrar a possibilidade de uma predição” (correspondência de 23 de junho de 1960 apud SHAMDASANI, 2005, p. 115). A razão da acusação a Jung é resultante do fato de que a “Ciência” está reduzida ao modelo científico predominante das ciências da natureza e que o mundo ocidental não consegue vislumbrar um conceito científico mais abrangente.

Apesar da suposta “não cientificidade”, a noção junguiana de arquétipo despertou grande interesse em outras áreas do conhecimento. Nas pesquisas biológicas, o zoólogo alemão F. Alverdes publicou em 1937 um artigo intitulado *A eficácia dos arquétipos nos atos instintivos dos animais*, no qual defendeu que o organismo humano e o animal constituem um todo integrado, com um polo psíquico e fisiológico-corporal. Argumentava que “os homens e os animais possuíam uma prontidão inata para formas específicas de comportamento” (ALVERDES, 1937, p. 227 apud SHAMDASANI, 2005, p. 278), como é o caso, por exemplo, da aranha e seu padrão de construção de teias como manifestação de seu estado psicofísico. Para Alverdes, os animais possuíam arquétipos, isto é, padrões comportamentais que formariam uma síntese entre as psicologias humana e animal.

O interesse pela noção junguiana de arquétipo esteve presente também nas pesquisas etnológicas sobre instinto na Psicologia. É o caso do zoólogo K. Lorenz, que, em seus métodos de observação e experimentação com os comportamentos de aprendizagem de animais, foi conduzido à noção de **regularidade**. Essa noção não poderia ser explicada apenas por meio da aprendizagem, mas era “devida à existência de mecanismos

inatos de liberação, mobilizados por meio de contato com um estímulo apropriado do meio ambiente”. Em 1973, Lorenz (apud SHAMDASANI, 2005, p. 280) afirmou estar convencido de que os humanos possuíam respostas inatas:

Esse mecanismo inato de liberação, como o chamamos, combinado com a faculdade humana de visualizar-sonhar com uma situação, resulta em reações fenomênicas que são mais ou menos idênticas ao conceito junguiano de arquétipo. Penso que os arquétipos são mecanismos inatos de liberação investidos na visualização, na fantasia da pessoa.

Como se observa, a teoria dos **arquétipos** e a hipótese do **inconsciente coletivo** oferecem uma possibilidade de superação da problemática do individual e universal em Psicologia. A noção de arquétipo, enquanto elemento comum do psiquismo, poderia assegurar o caráter **universal** da personalidade e, por conseguinte, superar as diferenças individuais. Ao mesmo tempo, poderia estabelecer-se como fundamento científico universal que explicasse satisfatoriamente os fenômenos psicológicos, garantindo a generalidade exigida para caracterizar o saber científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, as reflexões junguianas sobre o estatuto científico da Psicologia vão além do simples enquadramento do saber psicológico neste ou naquele modelo classificatório de ciência. A cientificidade da Psicologia é algo complexo e abrangente, sobretudo, em função da natureza do seu próprio objeto, a **psique humana**. Para Jung (1999), a psique é a mãe de todas as nossas tentativas de compreender a natureza, mas, em contraposição a todas as outras, ela tenta compreender a si mesma por intermédio de si mesma, o que é, de um lado, uma grande desvantagem e, de outro, uma prerrogativa igualmente grande.

Pode-se dizer que o problema da Psicologia é, na realidade, um problema que atinge todas as demais disciplinas científicas, uma vez que a **psique** é a origem de todas elas. Mais do que determinar se a Psicologia é ciência, ou não, está o fato de saber como as ciências dependem da própria Psicologia.

Diferentemente do que apregoa a acusação ingênua feita a Jung de “místico ou não científico”, observa-se um pensador profundamente implicado com a questão da cientificidade, num esforço incomensurável de fornecer, desde o início, um caráter científico universalmente aceito ao saber complexo psicológico.

REFERÊNCIAS

- DILTHEY, W. **Introducción a las ciências del espíritu**: ensayo de una fundamentación del estudio de la sociedade y de la historia. Tradução de Julián Marías. Madrid: Alianza, 1980.
- JUNG, C. G. **Aspectos do drama contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. (Obra completa de C. G. Jung, v. 10, pt. 2).
- _____. **Memórias, sonhos e reflexões**. 17. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- _____. **O segredo da flor de ouro**: um livro de vida chinês. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **O desenvolvimento da personalidade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. (Obra completa de C. G. Jung, v. 17).
- _____. **A natureza da psique**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Obra completa de C. G. Jung, v. 8, pt. 2).
- _____. **A prática da psicoterapia**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Obra completa de C. G. Jung, v. 16, pt. 1).
- _____. **Fundamentos da psicologia analítica**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. (Obra completa de C. G. Jung, v. 18, pt. 1).
- JUNG, C. G.; WILHELM, R. **Tipos psicológicos**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1976.
- NAGY, M. **Questões filosóficas na psicologia de C. G. Jung**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PENZO, G.; GIBELLINI, R. (Org.). **Deus na filosofia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.
- SHAMDASANI, S. **Jung e a construção da psicologia moderna**: o sonho de uma ciência. Tradução de Maria Sílvia Mourão Netto. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2005.

